

Ações coletivas e inovação organizacional na agricultura familiar: enfoque no desenvolvimento territorial sustentável

Collective action and organizational innovation in family farming: a focus on sustainable territorial development

Eloiza Andréa Moraes Silva

Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

Fábio Luiz Búrigo

Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

Nicolas Wolff de Farias

Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

GT06 - Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo: O objetivo deste trabalho foi identificar os elementos definidores das dinâmicas que geram inovações em coletivos da Agricultura Familiar (AF), bem como os impactos das mesmas no desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Para isso, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, analisando atributos organizacionais distribuídos nas categorias de Morfologia e Governança, Atividades Econômicas, Ações Sócio-Institucionais e Ações Ambientais. Foram consultadas as bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, incluindo artigos publicados até outubro de 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. Os resultados destacam que as principais inovações se dão em questões ligadas às formas descentralizadas de atuação econômica dos associados baseadas em circuitos curtos de comercialização e mercados territoriais, criação de estruturas de governança mais participativa e descentralizadas e relações robustas com órgãos governamentais, além de parcerias estratégicas para o DTS. O incentivo à produção orgânica, agroecológica ou extrativista também foi proeminente. Conclui-se que as ações coletivas inovadoras continuam importantes para que a AF alcance maior impacto na ótica do DTS, como o uso limitado de selos de distinção e a baixa incidência de políticas de educação ambiental, sugerindo lacunas para futuras investigações e políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura familiar, ação coletiva, inovação organizacional, cooperação.

Abstract: The objective of this study was to identify the defining elements of the dynamics that generate innovations within Family Farming (FF) collectives, as well as the impacts of these dynamics on sustainable territorial development (STD). To this end, an integrative literature review was conducted, analyzing organizational attributes categorized under Morphology and Governance, Economic Activities, Socio-Institutional Actions, and Environmental Actions. The Scopus and Web of Science databases were consulted, including articles published through October 2024 in Portuguese, English, and Spanish. The results highlight that the main innovations occur in areas related to members' decentralized forms of economic activity based on short supply chains and local markets, the creation of more participatory and decentralized governance structures, and robust relationships with government agencies, as well as strategic partnerships for STD. The promotion of organic, agroecological, or extractive production was also prominent. It is concluded that innovative collective actions remain important for the AF to achieve greater impact from the DTS perspective, such as the limited use of certification labels and the low incidence of environmental education policies, suggesting gaps for future research and public policies.

Keywords: Family farming, collective action, organizational innovation, cooperation.

1. Introdução

A Agricultura Familiar (AF) desempenha papel estratégico na produção de alimentos, geração de empregos e promoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos territórios rurais (Mior *et al.*, 2019; Xu; Sarkar; Qian, 2021). Todavia, as transformações observadas nos últimos anos, oriundas sobretudo da financeirização da economia e da emergência climática em curso, impõem desafios à AF para aprimorar processos produtivos, econômicos e institucionais adequados às essas realidades (Božić, 2024). Esse cenário tem gerado incertezas quanto à capacidade de reprodução da AF e à sustentabilidade dos territórios rurais, apontando para o risco de uma “agricultura sem agricultores” (Purseigle; Hervieu, 2022).

Cooperativas e ações coletivas de agricultores familiares são tradicionais em muitos países, promovendo iniciativas sociais e econômicas. Nas últimas décadas, empreendimentos da AF impulsionaram inovações produtivas e econômicas, especialmente na comercialização, na coordenação e na operacionalização de cadeias produtivas baseadas em produtos da agricultura familiar. (Schneider; Menezes, 2014).

Diante das diversas questões que ameaçam a sustentabilidade dos territórios rurais, é relevante analisar como as inovações organizacionais promovidas por coletivos da AF estão se posicionando para enfrentar este cenário desafiador. Ou seja, quais inovações oriundas dos processos de ação coletiva da AF contribuem de forma positiva para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável (DTS)? Vale ressaltar que o DTS é entendido como um processo que articula iniciativas locais com os princípios da sustentabilidade, promovendo ações estratégicas que respeitam as especificidades de cada território (Vieira *et al.*, 2010). Diferentemente dos modelos de crescimento econômico convencional, os preceitos do DTS valorizam a qualidade das relações humanas com o meio ambiente, a preservação cultural e a ampliação das liberdades individuais, sustentado por práticas participativas e sistemas de governança territorial (Sen, 1999; Veiga, 2010).

Sob a ótica do DTS, avaliam-se as inovações pela coerência com princípios que fortalecem a sustentabilidade territorial. Elas incluem não só novos processos ligados a formas organizativas ou jurídicas, mas também procedimentos adotados pelas organizações que influenciam a reprodução da AF e o desenvolvimento dos territórios.

Este estudo tem como objetivo identificar os elementos definidores das dinâmicas que geram inovações em coletivos da AF, bem como os impactos das mesmas no DTS. Trata-se de uma pesquisa fundamentada na combinação de dados obtidos numa revisão integrativa (RI) sobre o tema com dados de pesquisas empíricas desenvolvidas pelos autores em territórios

rurais de Santa Catarina. A análise baseia-se em pesquisas anteriores sobre ação coletiva e DTS, e está estruturada em cinco partes: introdução, discussão teórica, metodologia, resultados e conclusões.

2. Revisão da Literatura

2.1 Inovação organizacional: aplicabilidade na agricultura familiar

O conceito de inovação possui diversas formas de interpretação. Segundo Schumpeter (1935), o conceito de inovação possui cinco tipos principais: 1. lançamento de novos produtos; 2. adoção de novos métodos de produção; 3. exploração de novos mercados; 4. descoberta de novas fontes de matérias-primas e insumos; e 5. estabelecimento de novas estruturas de mercado dentro de uma indústria. Resumindo, podemos concluir que a inovação é apontada como algo inédito: um produto, uma metodologia, um novo modelo de gestão (Canavesi; Bianchini; Silva, 2017). Para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) a inovação “[...] ocorre quando a sociedade se apropria do conhecimento, ideias, práticas e tecnologias, transformando-os em uma mudança útil e benéfica na compreensão produtiva ou organizacional” (IICA, 2014, p. 3, tradução nossa). Quando se pensa no mundo rural, as inovações podem ser admitidas como: “[...] Processos que fazem parte da rotina dos agricultores familiares nos seus modos de superação das adversidades, para manter sua reprodução social e dos seus sistemas de produção, e que devem ser sistematizados e potencializados” (Canavesi; Bianchini; Silva, 2017, p.386).

Sabe-se que não existe consenso no meio científico sobre os caminhos ideais para a geração de conhecimento e inovação no meio rural (Mior *et al.*, 2014). Todavia alguns autores registram elementos que ajudam a compreender melhor a questão. Amin e Cohendet (2004) demonstram que a inovação e o desenvolvimento tecnológico estão ligados aos contextos sociais, cuja criação deriva de um processo dinâmico de interação e troca de experiências, sendo o conhecimento gerado o resultado de uma ação coletiva. Schneider e Menezes (2014) afirmam que inovações que criam espaços de identidade e soluções coletivas ampliam a autonomia dos agricultores e sua capacidade de negociação econômica e social. Para os autores, inovar significa adotar novas práticas sociais baseadas na convergência de interesses coletivos em torno de um propósito comum.

A inovação no campo organizacional também constitui um elemento central para a eficiência e a resiliência das organizações coletivas baseadas na AF. Destacam-se, nesse contexto, os processos inovadores voltados à qualificação da gestão, da comercialização e da

articulação com distintos atores socioeconômicos (Fieldsend *et al.*, 2022; Shen; Shen, 2018). Dessa forma, a inovação organizacional é compreendida como um instrumento de transformação das práticas dos atores rurais, promovendo soluções coletivas para desafios socioeconômicos e ambientais (Schneider; Menezes, 2014).

Nas últimas décadas, vem surgindo no meio rural organizações inovadoras constituídas por agrupamentos de agricultores familiares. Essas organizações assumem formatos diferentes das cooperativas tradicionais, normalmente baseados em processos centralizados, tanto de governança quanto de planejamento da produção, beneficiamento e comercialização (Mior *et al.*, 2014). Estudos demonstram que a emergência dessas inovações não deriva da capacidade desenvolvidas pelos seus protagonistas para aproveitar com eficiência oportunidades comerciais que surgem nos mercados alimentares, mas também da sua habilidade em estabelecer mecanismos de governança democrática, pautadas na confiança e na solidariedade (Shen; Shen, 2018). No Brasil, destacam-se as chamadas cooperativas descentralizadas da agricultura familiar (CDAF). Em Santa Catarina, as CDAF se diferenciam das tradicionais por não promoverem a concentração de estruturas produtivas em suas sedes, adotando modelos de governança horizontalizados que valorizam a autonomia das decisões e a preservação de negócios realizadas diretamente pelas famílias associadas (Estevam; Mior, 2014). As CDAF são apontadas como inovações organizacionais de natureza construtiva e incremental por se derivarem, muitas vezes, de outras redes de cooperação já presentes nos territórios, como associações e cooperativas (Estevam; Mior, 2014; Farias, 2024).

Outras experiências regionais comprovam a eficácia dos coletivos da AF como inovações organizacionais baseadas em decisões descentralizadas e gestão participativa. No semiárido nordestino, a Associação dos Feirantes Agroecológicos de Araripina (Afaga), ao comercializar produtos agroecológicos de preço justo e valor cultural, articula o território e acessa políticas públicas (Floriano *et al.*, 2025). Em Minas Gerais, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam) exemplifica a transição agroecológica com o café orgânico e o comércio justo, impulsionando a economia e valorizando a identidade camponesa (Dourado, 2018). Já no Território Zona Sul (RS), a estratégia de intercooperação, coordenada pelo Fórum da Agricultura Familiar (FAF), promove a inserção em mercados institucionais e privados de produtos coloniais, garantindo segurança alimentar e inclusão social (Peroni; Peglow; Kohler, 2018). Essas organizações fortalecem a governança territorial e impulsionam transformações rumo a um desenvolvimento sustentável.

3. Metodologia

3.1 Revisão integrativa

A revisão integrativa¹ (RI), conforme Cooper (1982), é um método dinâmico de análise da literatura que permite reformular continuamente a questão de pesquisa à medida que se amplia o conhecimento disponível.

Neste estudo, a RI é empregada para aprofundar a compreensão sobre inovações organizacionais em ações coletivas da agricultura familiar (AF), considerando seus atributos condicionantes. A abordagem permite integrar aspectos socioeconômicos, ambientais e institucionais, revelando: (a) soluções organizacionais criadas por agricultores para estruturar ou reorganizar formas de cooperação, como associações e cooperativas; (b) impactos da ação coletiva na inclusão social, coesão comunitária e redução das desigualdades; e (c) fatores que fortalecem a sustentabilidade ambiental das atividades produtivas, contribuindo para a resiliência e o desenvolvimento dos territórios rurais. Assim, a RI se mostra pertinente para investigar práticas inovadoras que promovem o fortalecimento da AF e o desenvolvimento territorial sustentável.

3.1.1 Etapas da revisão integrativa

A RI foi estruturada em seis etapas, conforme sintetizado no Quadro 1. Inicialmente, definiu-se a estratégia de pesquisa com termos relacionados ao tema, como: “ação coletiva”, “cooperativa”, “inovação organizacional” e “agricultura familiar”. Em seguida, para se fazer as buscas de artigos científicos foram selecionadas as bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, reconhecidas pela confiabilidade acadêmica nacional e internacional. Os critérios de inclusão e exclusão seguiram o modelo proposto por Milano e Cazella (2021), que enfatiza a clareza na definição da estratégia de busca para compor o corpus final da literatura.

Na primeira triagem, realizou-se a leitura de títulos e resumos para identificar os artigos pertinentes, que foram reunidos em um portfólio inicial. Na segunda etapa, os textos completos foram analisados, resultando no portfólio final. Posteriormente, extraiu-se as informações relevantes por meio de releitura dos documentos. Os dados foram organizados e as conclusões sistematizadas na etapa de síntese e divulgação, consolidando uma base teórica sobre inovação organizacional na agricultura familiar.

¹ Utilizou-se o roteiro PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) para promover maior transparência e a reprodutibilidade da pesquisa. (Moher, *et al.*, 2010).

Quadro 1. Etapas da revisão e procedimentos metodológicos da pesquisa.

Etapas	Procedimentos metodológicos
1. Elaboração da questão de pesquisa	. Leituras iniciais . Elaboração das questões de pesquisa, com uso do PICO
2. Definição da estratégia de pesquisa	. Escolha dos termos de busca . Seleção das bases de dados a serem consultadas . Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão de artigos . Definição das informações a serem extraídas dos estudos.
3. Busca sistemática	. Execução da busca, conforme a estratégia pré-definida
4. Triagem dos artigos	. Primeira triagem: leitura de títulos e resumos, gerador do portfólio bruto . Segunda triagem: leitura completa, gerador do portfólio final
5. Análise e interpretação	. Organização do portfólio final de pesquisa . Releitura completa dos documentos . Extração das informações relevantes
6. Síntese e divulgação	. Organização dos resultados . Descrição das conclusões, contendo também informações sobre limitações da pesquisa, as lacunas do conhecimento científico referente ao tema, além de recomendações com base na revisão

Fonte: Milano e Cazella (2021), reelaborado pelos autores (2024).

Para estruturar esta investigação, utilizou-se a ferramenta P.I.C.O. para a formulação da questão da RI. Embora seja amplamente utilizado em pesquisas quantitativas, esse método pode ser adequado para a formulação de perguntas em investigações qualitativas, fornecendo uma estrutura clara e sistemática (Robson, 2016). Nesse contexto, “P” refere-se à população ou experiência ou manifestação de interesse; “I” ao interesse ou fenômeno de interesse investigado, abordando uma exploração de aspectos subjetivos ou sociais relacionados ao tema; “C” a comparação ou contexto sociocultural, institucional ou geográfico — podendo ser opcional em estudos qualitativos; e “O” (*Outcome*) aos resultados esperados, sendo empregado na pesquisa qualitativa para a análise das narrativas e percepções humana, proporcionando uma compreensão profunda das ciências estudadas (Leonardo, 2018). A partir das escolhas orientadas pela ferramenta P.I.C.O., gerou-se a seguinte pergunta para se proceder a RI: quais são os principais condicionantes das inovações organizacionais em ações coletivas da

agricultura familiar, como cooperativas e associações, que contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável?

A revisão foi baseada exclusivamente em artigos publicados em periódicos científicos, descartando outros tipos de documentos. Para realizar as buscas foram consultadas as bases de dados (*Scopus e Web of Science*), incluindo artigos publicados até outubro de 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol.

Para atender os objetivos do trabalho, além da RI, foram adotados outros procedimentos metodológicos capazes de ajudar os autores a analisar as inovações organizacionais presentes em torno das cooperativas descentralizadas da agricultura familiar (CDAF).

3.2 Procedimentos e instrumentos empregados nas pesquisas sobre as CDAF²

Para estudar os elementos definidores das inovações existentes nas CDAF o trabalho recorreu a procedimentos metodológicos variados, como a revisão da literatura, pesquisa documental e entrevistas. A revisão de literatura foi empregada com o objetivo de identificar conceitos, abordagens analíticas e resultados de estudos anteriores, permitindo compreender como o tema das CDAF vem sendo discutido na literatura, contribuindo assim para a delimitação do problema da pesquisa, a construção de categorias analíticas e interpretação dos dados empíricos (Creswell, 2014; Yin, 2016). A RI destacada acima também contribuiu, de forma complementar, para qualificar as análises extraídas dessa revisão da literatura em torno das CDAF. Utilizou-se a pesquisa documental para analisar documentos institucionais das cooperativas e associação da agricultura familiar, como estatutos e regimentos. Tais materiais permitiram compreender aspectos da trajetória organizacional, as formas de gestão e as estratégias comerciais e sociopolíticas adotadas pelas ações coletivas estudadas (Yin, 2016).

As entrevistas constituíram um instrumento de coleta de dados destinado a captar as percepções, experiências e interpretações dos participantes sobre o funcionamento e os processos das organizações dos coletivos da AF. Este método permitiu produzir informações detalhadas e contextualizadas, contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado (Creswell, 2014). As entrevistas deste estudo foram conduzidas com dirigentes e técnicos destas organizações, guiadas por roteiro semiestruturado, com questões abertas e fechadas, dividido em seções, visando propiciar melhor compreensão das estruturas organizativas e das ações de cooperação.

² Este trabalho recebeu recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – Fapesc (chamada pública FAPESC Nº 12/2020, executado entre 2020 e 2023).

As investigações abarcaram duas macrorregiões distintas do estado de Santa Catarina.

A primeira foi a macrorregião do Extremo Oeste Catarinense, abrangendo territórios rurais presentes na área de atuação da Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense (Ameosc), que conta com 19 municípios. Os pesquisadores conduziram um total de sete entrevistas em organizações de São Miguel do Oeste, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Anchieta e Itapiranga, durante o período de 9 a 11 de outubro de 2023.

A escolha desta macrorregião como recorte empírico para o estudo justifica-se por sua forte tradição na agricultura familiar e pela elevada densidade de organizações cooperativas articuladas ao desenvolvimento rural (Capellesso; Cazella, 2015). Historicamente estruturada por pequenas propriedades, a região favoreceu a consolidação de formas coletivas de organização produtiva, nas quais as cooperativas desempenham papel central no acesso a mercados, crédito e agregação de valor (Mior *et al*, 2019). Ademais, a presença de um ambiente institucional robusto e de redes de cooperação contribui para a difusão de inovações e para o fortalecimento do capital social (Schneider; Menezes, 2014). O Extremo-Oeste demonstra um alto índice de associação a cooperativas (53,7% dos estabelecimentos) (IBGE, 2019) e manifesta apreço a ação coletiva também por meio de iniciativas paralelas. Destaca-se o Fórum de Economia Solidária, que é crucial na organização e comercialização de artesanato e alimentos, e as associações de produtores que apoiam atividades inovadoras e estabelecem regulamentos para feiras municipais.

No Extremo Oeste Catarinense, as Cooperativa dos Agricultores Familiares de Descanso (Cooperdes), Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cooperflor) e Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga (Cooafi) surgiram em torno da produção e comercialização do leite dos agricultores, visando garantir preços mais vantajosos tanto na compra de insumos quanto na venda do produto. A Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e de Economia Solidária (Cooperanchieta) possui o interesse principal na comercialização de sementes crioulas e na preservação da biodiversidade local. Já a Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Extremo Oeste (Coopafamioeste) foi constituída para auxiliar as agroindústrias familiares a acessar os editais dos mercados institucionais. A Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Cooperunião) surgiu da organização de agricultores de um assentamento ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A Cooperativa desenvolve métodos de produção coletivos e fornece respaldo jurídico para uma agroindústria de abate de aves. Já a Apita, a Associação de Apicultores de Itapiranga, é uma organização descentralizada focada na produção e comercialização do mel e seus derivados.

A segunda frente do estudo foi a macrorregião da Serra Catarinense, redefinida pela área de abrangência da Associação de Municípios da Serra Catarinense (Amures), composta por 18 municípios. Nesta área, foram efetuadas cinco entrevistas, que ocorreram especificamente em organizações cooperativas presentes nos municípios de Lages, São Joaquim e Anita Garibaldi. As entrevistas foram realizadas nos dias 24 a 26 de outubro de 2023.

A macrorregião da Serra Catarinense foi delimitada como área de estudo pelas suas marcantes contradições socioeconômicas, expressas na elevada concentração fundiária, nos baixos indicadores de desenvolvimento e no persistente êxodo rural, que comprometem a reprodução da agricultura familiar. Ao longo do tempo, a região também apresentou menor tradição cooperativista, com maior resistência à organização coletiva. Contudo, observa-se recentemente a emergência de redes de cooperação, indicando um cenário em transformação. Soma-se a isso a presença de relevantes recursos naturais e culturais com potencial de valorização territorial (Farias, 2025).

Na Serra Catarinense, a Cooperativa Agroindustrial da Mulher Serrana (Coopermuse), de São Joaquim, é focada em derivados vegetais. A Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana (Ecoserra), de Lages e a Cooperativa Ecológica de São Joaquim (Econeve), de São Joaquim, são voltadas para o comércio de orgânicos e agroecológicos. A Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Joaquim e Região Serrana (Rincão dos Pomares) dedica-se ao comércio atacadista de frutas e verduras. A Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Anita Garibaldi e Região dos Lagos (Cooperanita) atua em torno dos hortifrutigranjeiros.

Para melhor compilar os dados e aprofundar as análises numa ótica sistêmica este trabalho inspirou-se nos estudos de Farias (2024) sobre as CDAF de Santa Catarina. Com base em um tipo ideal³, o autor elaborou uma ferramenta baseada em categorias e atributos para estudar as CDAF sob o ponto de vista da inovação organizacional e dos preceitos do DTS. A ferramenta desenvolvida por Farias (2024) foi aprimorada pelos autores para incorporar outros aspectos considerados importantes para conhecer o funcionamento das organizações de acordo com os objetivos deste estudo. Denominado de Catri, a construção desse novo modelo envolveu

³ O tipo ideal, segundo Weber (1999), é uma construção teórica que reúne os traços mais significativos de um fenômeno social para facilitar sua análise. Ele não representa a realidade concreta, mas um modelo abstrato que serve como referência comparativa. É uma ferramenta metodológica para compreender a complexidade dos fatos sociais.

o estudo de vinte atributos das CDAF, divididos em quatro categorias e está representado no Quadro 2.

Quadro 2. Tipo ideal de CDAF – Atributos por Categoria (Catri).

Categoria	Atributos
Morfologia e Governança	1. Estrutura física pequena ou inexistente na sede 2. Abrigo jurídico via comodato e CNPJ 3. Apoio à condição de agricultor familiar 4. Gestão descentralizada nas unidades produtivas 5. Decisões tomadas de forma direta e participativa pelos associados
Atividades Econômicas	6. Prioridade a circuitos curtos e mercados territoriais 7. Acesso a mercados institucionais 8. Suporte ao marketing (marca, rotulagem) 9. Produtos e serviços vinculados ao território 10. Uso de selos de distinção (IG, Orgânicos, Selo Arte)
Ações Socioinstitucionais	11. Assistência técnica ou educacional 12. Filiação a entidades representativas 13. Relações com órgãos governamentais 14. Parcerias com atores territoriais e iniciativas de DTS 15. Políticas de inclusão (gênero, jovens, PCD, diversidade racial)
Ações Ambientais	16. Produtos da sociobiodiversidade 17. Incentivo à produção orgânica, agroecológica ou extrativista 18. Educação ambiental e sustentabilidade* 19. Cumprimento da legislação ambiental nas sedes e unidades 20. Valorização econômica de espécies nativas

*Ações de lixo zero, compensação de carbono, reutilização de águas, energia renovável e economia circular.

Fonte: Farias (2025), reelaborado pelos autores (2025).

4. Resultados e Discussão

4.1 Informações mais relevantes obtidas da revisão integrativa

Na primeira parte da revisão integrativa foram resgatados 50 artigos, selecionados a partir do uso dos seguintes termos de busca (descritores): 1. ação coletiva e agricultura familiar e inovação organizacional, cooperativa e agricultura familiar e inovação organizacional, associação e agricultura familiar e inovação organizacional; 2. ação coletiva e agricultura familiar e desenvolvimento organizacional, cooperativa e agricultura familiar e desenvolvimento organizacional, associação e agricultura familiar e desenvolvimento organizacional; 3. ação coletiva e agricultura familiar e modernização institucional, cooperativa

e agricultura familiar e modernização institucional, associação e agricultura familiar e modernização institucional.

Após remover duplicatas, realizou-se triagem por títulos, resumos e palavras-chave, buscando estudos empíricos sobre ações coletivas da AF. Incluíram-se pesquisas com evidências sobre cooperativas ou associações e excluíram-se trabalhos sem relevância temática ou comprovação dos resultados.

A primeira fase de triagem selecionou 20 artigos, os quais foram submetidos a segunda triagem, a qual consistiu numa leitura integral visando se obter uma seleção mais refinada, visto que, em diversos casos, os dados no resumo não permitiam saber com exatidão se o estudo cumpria os critérios pré-estabelecidos. Dos 20 artigos escolhidos para leitura total, foram selecionados 7 trabalhos (5 publicados em inglês e 2 publicados em português) para fazer parte da literatura de revisão (ver Tabela 1).

Tabela 1. Termos de busca empregados nas bases de dados da composição do portfólio da pesquisa.

Termo de busca (<i>Search term</i>)	Bases de Dados	
	<i>Scopus</i>	<i>Web of Science</i>
<i>Collective action and family farming and organizational innovation</i>	2	0
<i>Cooperative and family farming and organizational innovation</i>	4	0
<i>Association and family farming and organizational innovation.</i>	6	0
<i>Collective action and family farming and organizational development</i>	0	1
<i>Cooperative and family farming and organizational development</i>	0	14
<i>Association and family farming and organizational development</i>	4	12
<i>Collective action and family farming and institutional modernization</i>	0	0
<i>Cooperative and family farming and institutional modernization</i>	0	4
<i>Association and family farming and institutional modernization</i>	0	3
Total	16	34
Total de artigos que não são relacionados ao tema (título+resumo)		25
Total de artigos repetidos		5
Total de artigos na primeira triagem		20
Total de artigos incluídos na revisão		7

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Do total de artigos previamente selecionados ($n = 20$) para a leitura completa, apenas 14% corresponderam aos critérios de inclusão e exclusão ($n = 7$), e passaram a compor a literatura final. Os demais artigos foram excluídos por não abordarem diretamente o tema de análise ($n = 8$), apresentaram apenas dados secundários ($n = 4$), ou não apresentavam evidências para os efeitos apontados ($n = 1$).

Depois das triagens foram identificados 7 artigos que forneciam dados primários a respeito dos fatores que condicionam o surgimento de uma inovação organizacional em coletivos da AF. Ressalte-se que restrições derivadas dos idiomas incluídos na busca (inglês, português e espanhol) e tipo de conteúdo disponível nos bancos de dados (somente artigos) podem ter limitado o acesso a informações de escopo mais restrito, como documentos internos e outras formas de registro existentes. Ademais, 2 artigos selecionados analisaram casos regionais chineses, cujas políticas públicas são mais difíceis de serem comparadas, podem ter também afetado os resultados encontrados.

Apesar da RI realizada não ter adotado uma data inicial de publicação, verificou-se que todos os artigos selecionados foram publicados a partir de 2015, sinalizando que o interesse pelo tema no ambiente acadêmico é relativamente recente. A pesquisa identificou dois artigos que foram publicados em 2018, e um publicado nos anos de 2015, 2021, 2022, 2023 e 2024 (até o mês de outubro).

Em relação aos veículos de publicação, existiu uma difusão entre diferentes periódicos ligados às áreas de economia, administração, sociologia rural, agronomia e geografia. Entre os atributos analisados do Catri (Quadro 2) encontrados nos estudos, destacaram-se como focos principais das ações coletivas da AF, a gestão descentralizada ($n=6$), decisão participativa dos membros ($n=6$), circuitos curtos e mercados institucionais ($n=6$), relações com órgãos governamentais ($n=6$), parcerias territoriais ($n=6$), assistência técnica ou educacional ($n=5$), produção orgânica/agroecológica/extrativista ($n=5$) e produtos e serviços vinculados ao território ($n=4$).

A maioria dos artigos baseia-se na coleta e análise de dados, incluindo opiniões de atores envolvidos nas ações coletivas da AF, como especialistas, autoridades, produtores e residentes. Embora essencial, essa abordagem não capta toda a complexidade dos efeitos ou evidencia claramente as inovações organizacionais, pois muitos fenômenos ficam além da percepção humana. Os estudos apresentaram resultados envolvendo mais de 60 ações coletivas da AF,

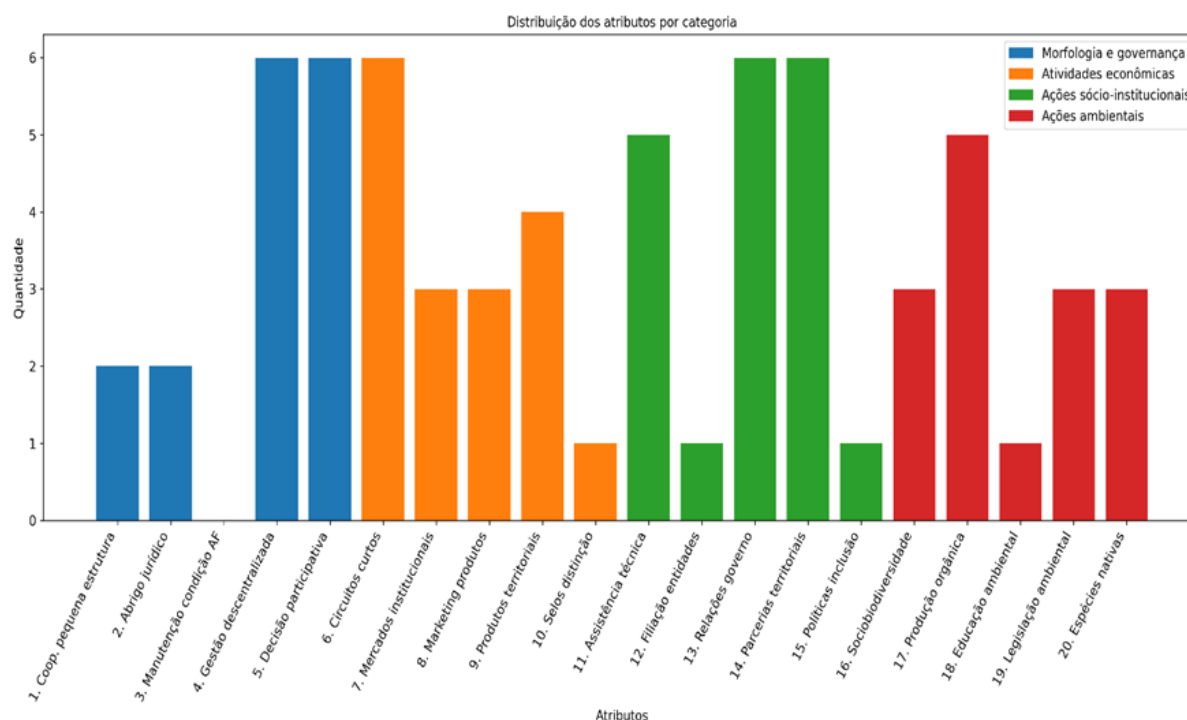
embora alguns tenham analisado dados agregados de todas as organizações de uma mesma região, sem especificar o número exato de ações consideradas.

4.2 Contribuições das inovações organizacionais da ação coletiva relacionada a agricultura familiar

Os atributos identificados nos artigos da RI concentram-se na inovação organizacional da AF. Estevam e Mior (2014) indicam que ela decorre das formas de decisão, gerando gestão participativa além do modelo associativo.

Para aprofundar os resultados obtidos na RI, procedeu-se uma verificação dos atributos específicos desenvolvidos pelas organizações da AF. Tais atributos foram agrupados por meio do Quadro Catri, que permite dividir a análise em quatro categorias: a) Morfologia e Governança; b) Atividades Econômicas; c) Ações Socioinstitucionais; e d) Ações Ambientais. O gráfico 1 aponta os dados obtidos da RI, reconfigurados com auxílio do quadro Catri.

Gráfico 1. Atributos do Catri extraídos da pesquisa integrativa e quantidade apresentada.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os atributos relacionados Morfologia e Governança (categoria a) permitem analisar a estrutura organizacional e os processos de decisão observados nos coletivos estudados. Nesse aspecto a análise combinada de dados da RI e do Quadro Catri permitiram confirmar a forte

tendência à descentralização e à participação ativa dos associados nos empreendimentos. A gestão das unidades produtivas de forma descentralizada (n=6) e os mecanismos de tomada de decisão direta e participativa (n=6) foram os mais recorrentes, evidenciando o protagonismo dos membros na condução das atividades. Já temas como o apoio à manutenção da condição de agricultor familiar na previdência não aparecem nos estudos, revelando lacuna relevante com implicações jurídicas para a AF em cada país. A presença de cooperativas com pequena estrutura (n=2) e o fornecimento de abrigo jurídico (n=2) aparecem de forma tímida.

A dimensão econômica das ações coletivas (categoria b) destaca a priorização dos circuitos curtos de comercialização e dos mercados territoriais (n=6), o que reforça a valorização da produção local e o fortalecimento das economias territoriais. O acesso a mercados institucionais (n=3) e o suporte ao marketing dos produtos (n=3) também aparecem com relevância moderada, apontando para esforços de inserção comercial mais estruturados. A atuação com produtos e serviços específicos do território (n=4) reforça a identidade territorial como diferencial competitivo. No entanto, o uso de selos de distinção (n=1) ainda é incipiente, o que pode indicar barreiras técnicas ou institucionais para sua adoção.

As ações socioinstitucionais (categoria c) dos coletivos mostra-se robusta em aspectos como relações e articulação institucional com órgãos governamentais (n=6) e parcerias com atores territoriais voltados ao desenvolvimento sustentável (n=6). Essa configuração favorece a inserção dos coletivos em políticas públicas, programas de fomento e redes de cooperação interinstitucional, ampliando sua capacidade de ação e influência nos territórios rurais (Božić, 2024; Fieldsend *et al*, 2022; Li; Zhao; Yeh, 2023).

A oferta de assistência técnica ou educacional (n=5) destaca-se como prática central, qualificando a produção e fortalecendo a autonomia dos agricultores, pois esses processos são essenciais para difundir inovações, ampliar o acesso a mercados e promover maior sustentabilidade nos empreendimentos (Fieldsend *et al*, 2022; Shen; Shen, 2018; Xu; Sarkar; Qian, 2021). Por outro lado, a filiação a entidades de representação do cooperativismo (n=1) e a adoção de políticas de inclusão (n=1) são pouco mencionadas, revelando que não foram priorizados nos estudos ou apresentam desafios na institucionalização da representatividade para esse tipo de organização. O dado indica que a inovação ainda não produz todos os efeitos sociopolíticos, seja pela fragilidade ou falta de interesse dos coletivos em se institucionalizar, seja pelo marco legal rígido que limita a participação de organizações fora dos modelos tradicionais.

No âmbito ambiental (categoria d) se observou resultados equilibrados, com destaque para o incentivo à produção orgânica, agroecológica ou extrativista (n=5), alinhando-se às

práticas sustentáveis e à conservação dos recursos naturais. O trabalho com produtos da sociobiodiversidade (n=3), o cumprimento da legislação ambiental (n=3) e a valorização de espécies nativas (n=3) indicam uma preocupação crescente com a sustentabilidade ecológica do território. No entanto, políticas de educação ambiental (n=1) ainda são pouco abordadas, sugerindo a necessidade de maior investimento em ações formativas e de sensibilização.

4.3 As ações da CDAF e suas conexões com os resultados da RI

Conforme dados extraídos à campo nos territórios do Extremo-Oeste e da Serra Catarinense (SC) junto às cooperativas de base familiar enquadradas como CDAF, observou-se uma conexão entre os achados teóricos da revisão integrativa (RI) e as experiências empíricas dessas ações coletivas da AF. Os resultados da RI sistematizados por meio do quadro Catri, evidenciam atributos recorrentes como gestão descentralizada, priorização de circuitos curtos de comercialização (CCC) e articulação com órgãos governamentais — características também verificadas nas CDAF abordadas neste estudo.

No quesito Morfologia e Governança (categoria a), a RI evidenciou que a gestão descentralizada das unidades produtivas (n=6) e a tomada de decisão direta e participativa (n=6) são inovações organizacionais proeminentes. As CDAF catarinenses contrastam com modelos cooperativos centralizados ao manterem atividades produtivas nas propriedades dos associados e ao promoverem a descentralização do poder decisório, o que favorece respostas ágeis, soluções locais e redução da burocracia. Muitas dessas cooperativas possuem baixa ou inexistente estrutura física na sede, operando direto da propriedade dos agricultores, ou utilizam estruturas compartilhadas, como sedes de sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Sintraf), observadas em alguns casos na Serra. Essas iniciativas são resultado da organização de agricultores que buscam viabilizar uma forma alternativa de produção e comercialização.

Em relação às Atividades Econômicas, a literatura revisada apontou a centralidade dos circuitos curtos e dos mercados territoriais (n=6). As CDAF catarinenses confirmam essa tendência ao reduzir a dependência das cadeias longas, valorizando os produtos locais, promovendo o comércio justo e a sustentabilidade. Destaca-se a atuação em mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), canais reconhecidos pela RI como estratégicos (n=3). Em diversos casos, o acesso a esses programas constitui a principal atividade econômica e motivação para a fundação das cooperativas. Por outro lado, algumas CDAF também operam em cadeias longas, como na comercialização de maçã orgânica para São Paulo (Ecoserra,

Rincão dos Pomares e Econeve – na região da Serra) e de leite (Cooperdes, Cooperflor e Cooafi - região do Extremo-Oeste). Apesar de serem cadeias longas que tendem a pagar menos a esses produtos, estar em uma CDAF garante um poder coletivo de negociação na produção, principalmente se comparado com um agricultor solitário na mesma situação.

A RI também ressaltou a importância de relações robustas com órgãos governamentais (n=6) e parcerias estratégicas para o DTS (n=6). As cooperativas catarinenses corroboram essa evidência ao manterem vínculos ativos com instituições públicas e acadêmicas, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), universidades federais, estaduais e Institutos Federais. A assistência técnica e educacional (n=5 na RI) é viabilizada por meio de parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Epagri, que contribuem para a adoção de práticas produtivas mais eficientes e sustentáveis.

Outro atributo identificado pela RI é o incentivo à produção orgânica, agroecológica ou extrativista (n=5). As CDAF catarinenses apoiam seus associados na conversão para sistemas orgânicos, como na produção de ervas medicinais (Cooperunião) e panificados de milho crioulo (Cooperanchieta), ambas no Extremo-Oeste. Uma cooperativa da Serra Catarinense (Ecoserra) atua exclusivamente com produtos orgânicos certificados de forma participativa pela Rede Ecovida⁴, distribuindo alimentos para merenda escolar, supermercados, feiras e pontos de venda locais.

5. Considerações finais

O pequeno número de estudos publicados nas bases de dados pesquisadas neste trabalho demonstra como este tema de pesquisa carece de maior investigação.

Pelos dados obtidos, percebe-se que o papel das organizações de ação coletiva da AF vai além do apoio econômico: elas promovem um modelo de desenvolvimento que considera as especificidades e potencialidades dos territórios rurais, construindo alternativas sustentáveis e inclusivas para o futuro.

A inovação organizacional, expressa na descentralização da gestão e na participação ativa dos membros das ações coletivas, configura-se como um elemento transformador, promovendo práticas democráticas e fortalecendo a autonomia dos agricultores. Contudo, a

⁴ A Rede Ecovida articula organizações e movimentos sociais para promover a agroecologia, a agricultura familiar e um modelo de desenvolvimento sustentável e descentralizado. Ela atua na certificação participativa de produtos orgânicos, na formação política e técnica de agricultores (Rover, 2011).

ausência de abordagens sobre aspectos previdenciários e jurídicos revela lacunas significativas que merecem atenção em futuras investigações de políticas públicas.

No campo econômico, os achados indicam uma ênfase cada vez maior na adoção de circuitos curtos de comercialização e na atuação em mercados de base territorial. Essa tendência fortalece o vínculo entre produção e comunidade, valorizando os produtos locais e impulsionando o dinamismo das economias regionais. A atuação com produtos específicos do território e o acesso moderado a mercados institucionais demonstram avanços na inserção comercial das ações coletivas, cooperativas e associações, embora o uso limitado de selos de distinção indique desafios técnicos e institucionais que ainda precisam ser superados. A forte articulação institucional, evidenciada pelas parcerias com órgãos governamentais e atores territoriais, amplia a capacidade de ação dos coletivos e favorece sua integração em políticas de fomento e redes de cooperação.

A dimensão ambiental revela uma preocupação crescente com práticas sustentáveis, como a produção orgânica, agroecológica e o uso de recursos da sociobiodiversidade. A valorização de espécies nativas e o cumprimento da legislação ambiental reforçam o compromisso dos coletivos com a conservação dos ecossistemas.

Embora os resultados de pesquisa obtidos tanto por meio da RI quanto nas investigações da CDAF do Extremo-Oeste e da Serra Catarinense validem os determinantes teóricos, demonstrando que a inovação organizacional baseada em gestão descentralizada e circuitos curtos de comercialização é uma estratégia eficaz para fortalecer a autonomia da agricultura familiar e consolidar os princípios do DTS, muitas lacunas puderam ser identificadas quando se pensa em ampliar o alcance dessas inovações e fortalecer as pesquisas sobre o tema.

O ambiente institucional, embora já conte com relações robustas com órgãos governamentais e parcerias estratégicas, deve ser aperfeiçoado por meio de futuras políticas públicas direcionadas. Estas políticas devem focar em lacunas como a baixa incidência de políticas de educação ambiental e os desafios na adoção de políticas de inclusão e representatividade. Adicionalmente, são necessários estudos mais precisos que abordem temas relevantes negligenciados pela literatura revisada, como o apoio à condição do agricultor familiar perante a previdência social e outros aspectos previdenciários e jurídicos

O aprimoramento do trabalho das ações coletivas da AF deve se concentrar em solidificar a autonomia dos associados através da manutenção e expansão da gestão descentralizada e dos mecanismos de decisão direta e participativa. Internamente, a melhoria requer a institucionalização de políticas de inclusão (gênero, jovens, diversidade racial), visto que este é um atributo pouco prevalente, impactando a representatividade. A consolidação da

sustentabilidade produtiva deve ser apoiada pela Assistência Técnica ou Educacional (ATER), uma prática recorrente e fundamental. Esses são os desafios estruturais e institucionais que devem ser enfrentados para consolidar os coletivos da agricultura familiar como agentes efetivos de transformação territorial.

Referências

AMIN, A.; COHENDET, P. **Architectures of knowledge: firms, capabilities and communities**. New York: Oxford, 2004.

BOŽIĆ, J. Scaling up organic agricultural enterprises: An empirical study of the role of associations of micro producers. **Business Systems Research: International journal of the Society for Advancing Innovation and Research in Economy**, v. 15, n. 1, p. 253-273, 2024.

CANAVESI, F. C.; BIANCHINI, V.; SILVA, H. B. Corrêa. **Inovação na agricultura familiar no contexto da extensão rural e da transição agroecológica**. 2017.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Entre a especialização produtiva e a agroecologia: estratégias de reprodução social de agricultores familiares da Região Extremo Oeste Catarinense. **Sustentabilidade em Debate**, 2015.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Penso Editora, 2014.

COOPER, H. M. Scientific guidelines for conducting integrative research reviews. **Review of educational research**, v. 52, n. 2, p. 291-302, 1982.

DOURADO, N. P. *et al.* Agricultura familiar, cooperativismo e agroecologia promovendo o desenvolvimento territorial sustentável: o caso da cooperativa dos agricultores familiares de Poço Fundo-MG e região. **Geografia**, v. 43, n. 1, p. 119-128, 2018.

ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Fpolis: Insular. 296 p., 2014.

FARIAS, N. W. **Cooperativas descentralizadas da agricultura familiar: um estudo das contribuições voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável da serra catarinense**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

FIELDSEND, A. F. *et al.* Multi-actor co-innovation partnerships in agriculture, forestry and related sectors in Europe: Contrasting approaches to implementation. **Agricultural Systems**, v. 202, p. 103472, 2022.

FLORIANO, A. C. I. *et al.* A atuação das associações rurais no fortalecimento do desenvolvimento territorial no semiárido nordestino: estudo de caso no município de Araripina (PE). **Revista DCS**, v. 22, n. 83, p. e3649-e3649, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA - IICA. **La innovación en la agricultura: un proceso clave para el desarrollo sostenible**. Posicionamiento institucional. Costa Rica: IICA, 2014.

LEONARDO, R. PICO: model for clinical questions. **Evid Based Med Pract**, v. 3, n. 115, p. 2, 2018.

LI, F.; ZHAO, W.; YEH, E. T. The locally managed agrarian transition in China: Land shareholding cooperatives and the agricultural co-management system in Chongzhou, Sichuan. **Eurasian Geography and Economics**, v. 64, n. 6, p. 732-757, 2023.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Environmental effects of geographical indications and their influential factors: A review of the empirical evidence. **Current research in Environmental sustainability**, v. 3, p. 100096, 2021.

MIOR, L. *et al.* Inovações organizacionais da agricultura familiar no Sul catarinense. In: ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

MIOR, L. *et al.* Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. In: 8º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2019, Fpolis. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2019.

MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **International journal of surgery**, v. 8, n. 5, p. 336-341, 2010.

PERONI, N. D.; PEGLOW, K.; KOHLER, R. Intercooperação: estratégia para o desenvolvimento rural sustentável e promoção da segurança alimentar no Território Zona Sul (RS). **Natural Resources**, v. 8, n. 2, p. 1-10, 2018.

PURSEIGLE, F., HERVIEU, B. **Une agriculture sans agriculteurs**. Paris: Presses de Sciences Po, 2022.

ROBSON, B. Studies in using a universal exchange and inference language for evidence based medicine. Semi-automated learning and reasoning for PICO methodology, systematic review, and environmental epidemiology. **Computers in Biology and Medicine**, v. 79, p. 299-323, 2016.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

SCHNEIDER, S.; MENEZES, M. A. Inovação e atores sociais. In: SCHNEIDER *et al.* (Orgs.). **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SCHUMPETER, J. **Análisis del cambio económico. Ensayos sobre el ciclo económico**. Ed. Fondo de cultura económica, México. 1935, Disponível em: <<http://eumed.net/cursecon/textos/schump-cambio.pdf>> Acesso em: 16/02/2025.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA, J. E. da, **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 220 p., 2010.

VIEIRA, P. H. *et al.*, (Org.) **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis, Aped/Secco, 2010.

SHEN, M.; SHEN, J. Evaluating the cooperative and family farm programs in China: A rural governance perspective. **Land Use Policy**, v. 79, p. 240-250, 2018.

WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). Weber – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999.

XU, G.; SARKAR, A.; QIAN, L. Does organizational participation affect farmers' behavior in adopting the joint mechanism of pest and disease control? A study of Meixian County, Shaanxi Province. **Pest management science**, v. 77, n. 3, p. 1428-1443, 2021.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Penso Editora, 2016.